

Hoje em Dia – 07/12/2010

Tributação da energia bate recorde no Brasil

<http://www.hojeemdia.com.br/cmlink/hoje-em-dia/noticias/economia-e-negocios/tributac-o-da-energia-bate-recorde-no-brasil-1.212141>

Cálculos do **Instituto Acende Brasil** apontam para arrecadação de R\$ 55,6 bilhões em impostos e encargos em 2010

Cássia Eponine

A Anace teme que a carga tributária no setor seja ampliada por meio do Projeto de Lei 352/2002

A carga tributária paga pelo consumidor brasileiro na conta de energia elétrica, que chegou a 45,08% do valor da fatura em 2008, deve bater um novo recorde em 2010, segundo estimativas do **Instituto Acende Brasil**, que reúne as principais distribuidoras de eletricidade. As projeções para este ano indicam pressão de aumento devido à elevação de três encargos: o Encargo de Serviços de Sistema (ESS), responsável pela arrecadação para pagamento de energia térmica, o Encargo de Energia de Reserva (EER), subsídio criado para Usinas a Biomassa e Eólica, e a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que paga pela aquisição de diesel ou óleo combustível para as térmicas do sistema isolado. A perspectiva é que, para 2010, sejam arrecadados, em impostos e encargos, pelo menos R\$ 55,6 bilhões na conta de luz.

Os dados de 2009 só serão conhecidos no ano que vem, quando o instituto, em parceria com a consultoria PricewaterhouseCoopers, analisar os balanços das concessionárias para apuração do peso dos impostos e encargos efetivamente pagos.

O presidente do **Instituto Acende Brasil**, **Claudio Sales**, lembra que o peso dos tributos na fatura de energia, um insumo essencial, é ainda maior do que a média do país, o emergente de maior carga tributária, onde os tributos correspondem a 35% do Produto Interno Bruto (PIB). "É uma assimetria absurda que penaliza, justamente, as camadas de mais baixa renda, porque para elas o peso relativo é maior", pondera Sales, que se queixa da falta de transparência da cobrança. "A população não sabe que quase metade da conta de luz é de impostos", afirma.

Dos 45,08% do total de tributos e encargos efetivamente pagos em 2008, 31% referem-se a impostos federais, 46% a impostos estaduais e 19% a encargos setoriais. O restante divide-se entre impostos municipais e encargos trabalhistas.

Para Sales, cabe ao consumidor reivindicar uma carga tributária menor. Uma boa oportunidade, segundo o presidente do Instituto Acende, Brasil, acontece neste final de ano, quando se encerra o prazo de cobrança da Reserva Global de Reversão (RGR), hoje em 1,3%. O encargo foi criado em 1.957 para capitalizar um fundo para o pagamento de indenizações a empresas em caso de eventuais reversões à União de concessões de serviço público de energia elétrica. Hoje, vem sendo utilizado para custear o programa de eletrificação rural Luz para Todos. "Se o cidadão não acompanhar, é mais fácil buscar novas destinações do que reduzir impostos", pondera.

Em vez da esperada redução, no entanto, a Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace) teme que a carga tributária no setor seja ampliada por meio do Projeto de Lei 352/2002, que pode ir a plenário para votação em primeiro turno na Câmara dos Deputados hoje. O projeto prevê que a incidência de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a energia elétrica alcance todas as etapas, desde a produção ou importação até sua destinação final. Hoje, a tributação acontece apenas no consumo. "E o pior é que nem sabemos quanto isso vai custar", afirma o presidente da Anace, Carlos Faria.

Baixa renda é isenta de ICMS

Em Minas Gerais, há isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos consumidores residenciais com demanda inferior a 90 kWh/mês. Há, ainda, subsídio a aproximadamente 2,4 milhões de consumidores de baixa renda ou localizados na zona rural.

Para os consumidores com consumo de até 30 kWh mensais, o benefício se traduz em um desconto aproximado de 65%. Para aqueles com consumo entre 31 e 100 kWh, o desconto é de 40%. Por fim, há redução de 10% para aqueles na faixa de 101 a 220 kWh.

A concessionária também promove a substituição de aparelhos e eletrodomésticos antigos, com alto consumo de eletricidade, por outros mais novos e econômicos, reduzindo o valor e o peso da fatura de energia no orçamento familiar, por meio do projeto Conviver, lançado em outubro de 2006.

O projeto deve encerrar o ano beneficiando cerca de 300 mil famílias da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do interior do Estado.

A simples troca de uma geladeira em estado precário por outra mais moderna pode representar uma redução mensal de 60 quilowatts-hora (kWh) para 25 kWh no consumo, proporcionando uma economia de R\$ 20 na conta de luz.

A troca desse e de outros equipamentos, como chuveiros eficientes e lâmpadas fluorescentes compactas, possibilita ainda que as famílias tenham acesso a outros programas governamentais, como a isenção do ICMS.

Além dos R\$ 109 milhões de investimentos previstos no projeto Conviver até 2011, a companhia possui outros projetos, como o Clarear, de eletrificação urbana, o Campos de Luz, que ilumina campos de futebol amador na capital e no interior, e o Peixe Vivo, de controle ambiental em represas.